

pela pressão da sociedade civil, por parte dos próprios cidadãos excluídos do seu direito mais fundamental: a habitação.

Cabe a nós, cristãos, seguidores do Senhor que veio morar entre nós e armar sua tenda no meio dos homens, assumirmos como Igreja nosso empenho máximo pela conscientização dos mais pobres em nossos projetos de Evangelização e de animação dos mesmos na luta por seus direitos sociais básicos. De que adianta falar em direitos ético-filosóficos do homem, polarizados pela idéia genérica de dignidade humana, se não houver convergência destes direitos universais do homem para os direitos sociais mais fundamentais como emprego, salário, saúde, educação, habitação etc?

Finalmente quer-me parecer muito pertinente a postulação de PRADILLA: "Preferimos, por um compromisso com a realidade histórica, formular o direito de toda família ao usufruto de uma habitação adequada às necessidades sociais, produzidas pelos meios técnicos de que dispõe a sociedade. Isto supõe, entretanto, a liberação das forças produtivas da barreira colocada pelas relações capitalistas de produção, ou seja, a transformação revolucionária da sociedade."

O problema habitacional não tem solução numa lógica de mercado

Vale dizer que o problema habitacional não tem solução numa lógica de mercado, senão a partir de novas relações Estado/Economia e novos critérios dos investimentos públicos nos programas sociais.

Tem aí a Igreja um espaço extraordinário de contribuição para o desafio habitacional, base para uma consistente pastoral da família.

NOTAS

- (1) Plano SIM — Governo Wilson KLEINÜBING, 1990.
- (2) Ibidem
- (3) VICENTE, Vilmar A., "Política Social, Instrumento de Dominação", Dissertação de Mestrado na UFSC, 1983, p. 115-119
- (4) Id., *ibid.*, p. 125
- (5) Id., *ibid.*, p. 126
- (6) AZEVEDO, Sérgio, "A auto-construção como base de uma Política Habitacional: Alternativa ou Mito", UFMG, s/d
- (7) Banco Mundial, *Documento de Política Setorial*, Vivienda, Washington, 1975, p. 25
- (8) IBGE, 1980, *Distribuição da Renda segundo Extrato da População Economicamente Ativa*.
- (9) FALEIROS, Vicente P., "A Política Social no Estado Capitalista", Cortez, SP, 1980, p. 75-72
- (10) PRADILLA, E. C., "Auto-construção, Exploração da força de Trabalho e Política do Estado na América Latina". México, Centro de Estudios Económicos y Demográficos, 1970. p. 40

Endereço do Autor:
ITESC — cx postal 5041
88.040-970 — Florianópolis — SC

MORADIA: UMA CONDIÇÃO PARA A CIDADANIA

Pe. Vilson Groh
Coordenador do CEDEP — Fpols

1. O processo de urbanização segregador

O grande desafio frente ao fenômeno da urbanização na América Latina é o resgate da cidadania. Desde o processo da industrialização, nossas cidades criaram modelos de segregação, onde os que produzem a riqueza da cidade não têm direito a usufruir da mesma.

"As cidades são a síntese da negação do direito à cidadania". Esta é uma das conclusões da Assembléia dos Povos do Sul, reunida no início de 1992, em Vitória, para a preparação do Fórum do Meio Ambiente.

Segundo Herbert de Souza: "A construção da ordem para garantir a vossa riqueza constitui o autoritarismo para perpetuar a nossa miséria".

As estatísticas da Organização das Nações Unidas indicam que, no ano 2025, mais da metade da população da terra (65,2%) estará morando nas cidades, a maioria nos cinturões de miséria. Em 1950, eram 28,9% do total. Na América Latina, a população urbana que era de 40,8% na década de 50, passará para 83,6% em 2025.

Hoje o quadro configura-se do seguinte forma: 85% da população do Uruguai, estão na cidade; na Argentina são 84%; no Chile são 85%. No Brasil este número cai para 73%; no Peru, para 68%; na Colômbia, para 67%. Segundo o Fundo de População das Nações Unidas, em 1990 só três países tinham equilíbrio urbano rural: Bolívia, Equador e Paraguai, que contavam, respectivamente, com 51%, 56% e 47% de sua população vivendo

nas cidades. Dos 180 milhões de Sul-Americanos, 45% já vivem em grandes centros urbanos.

No Brasil, a população não parou de migrar desde que os portugueses desembarcaram aqui em 1500, e deram um "chega prá lá" nos índios. Nos anos 50, quando o país entrou na fase da industrialização acelerada, acontece o primeiro grande salto da urbanização. Em 10 anos, graças à expulsão do campo, a população urbana cresceu 68%, enquanto que a população total do país aumentou 35%, segundo dados da Revista Retrato do Brasil.

"São aproximadamente 120 milhões de pessoas vivendo e sobrevivendo nos núcleos urbanos e 35 milhões no campo. Os 543 municípios mais populosos representam apenas 12,1% dos municípios brasileiros, mas concentram 61,2% da população do país" (Cf. Dados do Instituto de Estudos Políticos do Rio de Janeiro).

Segundo o Instituto de Estudos Políticos do Rio, dirigido por Hélio Jaguaribe, um milhão e meio de camponeses emigram a cada ano para as grandes cidades. O motivo?

Nos anos 50 acontece o primeiro grande salto da urbanização

No Brasil rural de 1980, 63% dos camponeses eram pobres; sete anos depois, o número de marginalizados no campo havia baixado para 54%, mas em compensação, a quantidade de camponeses emigrados para as áreas urbanas crescera de 37%

para 46%. "O grande fluxo de migrantes rumo às cidades deve-se, em muito, à política agrícola e agrária. Esta leva à concentração da propriedade, à mecanização e à produção para exportação. A emigração deve-se também às expectativas relacionadas com fatores econômicos e sociais: existência de indústrias e empregos, melhor estrutura de atendimento social e educação, assistência médica, cultura, lazer, existência de comércio e serviços, melhores condições de vida. Contudo, a cidade que atrai, não absorve toda a mão-de-obra. O atendimento médico é precário, a infra-estrutura urbana é cada vez mais deficiente. O alto custo das moradias empurra o migrante para as favelas e cortiços. Morando longe, ele depende do precário e caro sistema de transporte para ganhar a vida. (CF Onde Moras? pág. 15).

Santa Catarina deixa de ser "o paraíso do minifúndio"

No Sul do país, a mecanização acaba com as pequenas propriedades agrícolas. Santa Catarina deixa de ser "o paraíso do minifúndio". Conta hoje 168 mil famílias sem terra (700 mil pessoas). São eles, junto com os pequenos produtores rurais, desmotivados pela política agrícola do Governo Federal, que vão engrossar as fileiras de desempregados nas cidades industriais (Criciúma, Blumenau, Brusque, Joinville,...) e agro-industriais (Lages, Concórdia, Chapecó).

Na capital esse processo teve início a partir da década de 70, na esteira do "milagre econômico", do "boom" da construção civil e da febre do turismo.

O déficit habitacional catarinense é de 179.974 casas, sendo que 103.840 na área urbana e 67.134 na área rural; 25% da população da Grande Florianópolis vive em condições precárias, sem infra-estrutura básica como água, luz, esgoto, saneamento, etc. (COHAB 1990). Só na Grande Florianópolis o déficit habitacional é de 40.000 habitações.

Segundo Ermínia Maricato (Secretária de Habitação da Cidade de São Paulo): "A política agrária e agrícola é condição necessária, mas não suficiente, para a solução dos problemas urbanos. Uma política agrária e agrícola que combinasse a justa distribuição de terras com insumos e financiamentos para a produção e distribuição dos produtos, certamente contribuiria para a diminuição da miséria. Mas não basta a reforma agrária para resolver os problemas urbanos. Estes têm suas especificidades na lógica do lucro imobiliário ou na simbiose entre administradores e legisladores públicos e sua clientela, cuja relação é, em grande medida, marcada pela corrupção e troca de favores, da qual a maioria da população está excluída. Mas não basta ainda diagnóstico e propostas que digam respeito ao rural e ao urbano como se fossem dois mundos, separados. É preciso entender o que acontece no território brasileiro, incluindo campo e cidade, movimento de capitais e movimento de migrações.

2. Cidade Real e Cidade Clandestina - ocupação do solo

Se olharmos a Grande Florianópolis, alguns quilômetros antes de entrar na via Expressa, lemos nos out-door: "Bem-vindos à Ilha da Magia. E, margeando a via, percebemos os grandes contrastes. Dentro da mesma cidade há duas realidades. Existe o centro com todos os equipamentos de saúde, educação, comércio, comunicação, transporte... a cidade legal assim chamada, muito bem trabalhada pelo plano diretor. E dentro dela existe a outra que é ilegal na e qual já se contam mais de 60 áreas de conflito, onde não existem os equipamentos necessários, as distâncias são grandes, etc. As moradias são precárias e os espaços apertados,

porque 42% do solo de nossa cidade está nas mãos da especulação imobiliária e da iniciativa privada.

O grande dilema é a questão do solo que rapidamente é valorizado pelo mercado

O grande dilema é a questão do solo que rapidamente é valorizado pelo mercado e pela intensa especulação imobiliária. O solo é usado de forma desproporcional. Há solos de habitação repartidos desigualmente entre as camadas sociais e solos de especulação estocados e ociosos, destinados às operações imobiliárias. Não existe por parte dos planos diretores das cidades da Grande Florianópolis uma preocupação com o zoneamento de áreas para a população trabalhadora.

Esta população acaba ignorando as normas e leis e responde como pode aos seus problemas de acomodação na cidade. Esta precariedade leva aos seguintes indicadores:

- 1) questão fundiária não regularizada, ocupação de terras inadequadas para edificação;
- 2) construções inadequadas quer do ponto de vista estrutural quer pelo confronto ambiental;
- 3) ausência de equipamentos sociais e de infra-estrutura urbana;
- 4) super-população do ambiente e falta de privacidade. A ocupação de área de risco não pode ser entendida como "padrão de consumo" mas como resultado de uma situação histórico-social marcada pela falta absoluta de opções de moradia para os mais pobres (CF 93 "Onde Moras?" pág. 19).

Sob o lema "terra para plantar e terra para morar", desenvolveram-se muitos movimentos de resistência diante das situações de conflito tanto no campo quanto na cidade. A luta na Grande Florianópolis inicia-se a partir de 1978 com pleitos isolados. Em 82, começou uma pequena equipe que discutia a questão do solo urbano. Esse trabalho inicialmente passou pela regularização de áreas que estavam em conflito. A partir daí organizaram-se movimentos de resistência e a problemática da terra começou a tomar corpo em nossa cidade.

A partir dessa caminhada começou a organização das comunidades em todos os sentidos, saneamento, luz, água. O grande salto qualitativo foi a articulação desses trabalhadores a nível de pontos de referência, como *Centro de Apoio e Promoção do Migrante - CAPROM*, *Movimento Sem Teto* e *Centro de Educação e Evangelização Popular - CEDEP*. A organização popular na luta da moradia, sai de um plano reivindicatório para o nível de proposta, como por exemplo o Fundo de Moradia Municipal. A grande contribuição destes movimentos é a de denunciar as péssimas condições de vida da população: saúde, educação, trabalho, moradia..., e desempenharam o papel de ajudar as camadas populares a se tornarem sujeitos do processo histórico, contribuindo para o resgate de sua cidadania.

O grande salto qualitativo foi a articulação destes trabalhadores

Todo este acúmulo de forças, empreendido desde os anos 70, tem gerado mais perspectivas, na luta pela moradia:

- 1) Unificação e articulação dos movimentos de moradia. Esta unificação nasceu de várias vertentes: associações de moradores, movimentos populares, entidades, igrejas. Todo este trabalho resultou em várias formas de adaptação às diversas realidades de nosso país.

2) Fundo Nacional de Moradia Popular. O ano de 1991 foi marcado por um acontecimento histórico para os movimentos de moradia: em Brasília (18-19/11/91) foi entregue, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei que cria o Fundo Nacional de Moradia Popular. Este fundo pode ser considerado um grande avanço na caminhada pela possibilidade de grupos populares assumirem o controle das iniciativas habitacionais, com recursos provenientes de diversas fontes como FGTS e parte das loterias. Este fundo determina que as propostas devem atender aos grupos organizados em associações ou cooperativas. O Movimento Sem Teto de Florianópolis participou da jornada com um ônibus que foi até à capital federal.

3. Pastoral da Moradia

É uma forma de a Igreja se fazer presente na vida da cidade, e articular com outras pastorais, no resgate da dignidade da vida.

Temos a grande oportunidade de pensar a cidade, através da moradia

“Onde Moras?” É o grande apelo do Lema da Campanha de Fraternidade de 93. A Igreja do Regional Sul IV realizou nos dias 10 e 11 de outubro um seminário, assessorado pelo CEDEP e a ANSUR (Articulação Nacional do Solo Urbano), sobre a questão da moradia no Estado e no país. No término do Seminário foram tiradas as seguintes propostas para '93: um encontro em cada diocese para discutir a questão da Moradia, na busca de organizar e articular as lutas de moradia e/ou Pastoral da Moradia. E no mês de Junho realizar um Congresso sobre a Moradia na cidade de Florianópolis.

Também na Assembléia do Regional Sul IV, realizada nos dias 6, 7 e 8 de novembro, a Comissão Pastoral da Terra de SC, juntamente com o CARP (Conselho Arquidiocesano de Pastoral), CEDEP, CAPROM e Movimento Sem Teto de Florianópolis, comunicou a realização da 8ª Romaria da Terra do Estado de Santa Catarina, no dia 12 de setembro de 1993, que terá como eixo temático a questão da moradia, no campo e na cidade.

Hoje, milhares de pessoas vivem à margem da sociedade e não podem experimentar o direito de dizer: venham e vejam onde moro, pois não têm casa para morar nem terra para plantar.

Temos a grande oportunidade de pensar a cidade, através da moradia. Isso nos leva à perspectiva de continuar a luta pela democracia. Pois, pensar a cidade é pensar num modo de morar, de participar, de construir, de criar, de viver, de imaginar a cidade, cenário urbano, novas formas de divisão do espaço, e de seu uso.

Uma cidade feita por todos e para todos, onde o bem comum não é apenas para alguns grupos de pessoas, mas estende-se a todos os seus cidadãos. Onde as decisões e as gestões da cidade passam por instâncias de participação e controle popular.

Uma cidade onde os cidadãos e cidadãs recriem as relações entre si e com o meio ambiente. Onde as pessoas se unem e se reúnem, discutem problemas, propõem soluções, realizam-nas. Uma cidade onde o solo urbano é apropriado coletivamente. Viver na cidade é amar os homens e as mulheres que nela habitam, buscando as tradições, avaliando o seu passado com um olho no futuro.

Viver na cidade é descobrir, através dos rostos sofridos, os apelos para a construção de uma nova sociedade, onde as pessoas possam viver com liberdade.

Viver na cidade é redescobrir a contemplação no cotidiano para gerar novas relações sociais, políticas, econômicas e culturais.

Pensar desta forma não é um sonho, mas um desafio que está proposto para todos os homens e mulheres que querem, na cidade terrestre, a construção da cidade celeste, onde o paraíso começa a expressar-se não como saudade, mas como esperança.

BIBLIOGRAFIA

RODRIGUES, Alfredo - Extratos do texto apresentado no Seminário “Cidade para Todos”, Colégio de Arquitetos do Chile, 1992

Jornal Vermelho e Branco nº 33, 1992

Texto-Base CF 1993 “Onde Moras?”

Elementos para a Nova Evangelização na Arquidiocese de Florianópolis, 1992

CARVALHO PINTO, Vitor, *Desenvolvimento Urbano ou Reforma Urbana?*

Arquivo do CEDEP.

Endereço do autor:

*Comunidade do Mont Serrat
rua General Vieira da Rosa s/n
cx postal 3877*

88020-970 - FLORIANÓPOLIS - SC

A CASA NOS SAPIENCIAIS

*Pe. Ney Brasil Pereira
Professor de Exegese*

Em estudos anteriores, já abordei o “sentido do trabalho”¹ bem como o tema da “escravidão”², no conjunto dos livros sapienciais do Antigo Testamento. Agora, motivado pela Campanha da Fraternidade de 93, parece-me útil examinar também o que os “Sábios”, nesses livros, nos dizem da casa, da moradia, para deduzirmos daí o que nos parecer relevante hoje.

Por que essa pesquisa só nos livros sapienciais, quando o tema da casa é tão significativo ao longo de toda a Bíblia, no Antigo como no Novo Testamento? Primeiro motivo para essa delimitação é, naturalmente, o fato de que um artigo de

revista não pode ter a pretensão de uma tese: é forçoso, portanto, restringir a pesquisa. Segundo, tendo ultimamente tido a oportunidade de deter-me mais no texto do Sirácida, elaborando sobre o livro um Comentário que acaba de ser publicado³, minha atenção foi despertada pelo que ele escreve no c. 29,21: “*Eis o fundamental para se viver: água, pão, roupa, e casa - para se resguardar a intimidade*”...

Partindo, pois, dessa constatação “fundamental” do Sir 29,21, examinaremos alguns dos muitos textos que ele, e também